

Promessa de nossos credores: negociação melhor.

JORNAL DA TARDE

Condições exatamente iguais às que o México está obtendo agora na negociação de sua dívida externa com os bancos: isto foi prometido ao Brasil há três meses pelos principais credores norte-americanos, estimulados pelo FED (Federal Reserve Board, espécie de Banco Central dos Estados Unidos), e pelo Fundo Monetário Internacional. A promessa, feita ao ministro Delfim Neto, explica por que o Brasil não tem mostrado pressa em negociar sua dívida, aproveitando as reservas cambiais já obtidas e o crescimento da pressão política dos países credores, em especial os latino-americanos.

Na esteira do México, o Brasil espera condições menos árduas na área externa em 1985, ou seja, maiores prazos, menores spreads, menores comissões, mais carência para os empréstimos. E, com isso, o resultado de transferir menos recursos para o Exterior, que este ano poderão ser da ordem de US\$ 4,5 bilhões. Em troca, o Brasil oferece os resultados do programa de ajustamento externo e interno, principalmente o superávit comercial crescente, que nos primeiros cinco meses do ano já equivale à metade do previsto para o ano todo, e a diminuição do déficit público.

Uma diferença essencial prevista para o programa do México é que em vez de uma negociação por ano, deve-se partir para os acordos plurianuais. Isto evitaria a pressão de a cada ano mobilizar-se para a negociação da dívida externa.

Nas áreas externa e política, o país conta ainda tanto com uma política monetária mais frouxa nos Estados Unidos, necessária para suportar a pressão sobre o Continental Illinois e sobre o Manufacturers Hanover, como com manifestações dos devedores, que irão reunirse na semana que vem em Cartagena, na Colômbia, prevendo-se nova ofensiva diplomática contra o protecionismo e principalmente contra os juros, decorrentes da forma pela qual o governo norte-americano busca neutralizar, via política monetária, os efeitos inflacionários do

seu déficit público, que está na casa dos US\$ 200 bilhões anuais.

Custos

Na fase 1 da renegociação da dívida externa brasileira, que valeu para o ano passado, o País teve de desembolsar US\$ 181 milhões só com duas comissões: a flat fee commission, espécie de taxa de abertura de crédito, e o committiment fee, que incide sobre empréstimos negociados mas não utilizados de fato. Essas mesmas taxas, na fase 2 de renegociação, válida para este ano, estão custando ao Brasil US\$ 147,7 milhões. Tais comissões normais nas operações bancárias, porém muito maiores para grandes devedores, como o México e o Brasil, são um acréscimo aos próprios juros (prime rate ou libor) e ao spread, que também varia conforme o país. O Brasil pagou, em 1983, 2,125% acima dos juros (libor) contra 1,7% em 1982. A negociação da fase 3 será mais fácil devido ao crescimento das reservas cambiais e do caixa do País depositado em bancos estrangeiros, que já passa dos US\$ 3 bilhões.

Bancos no País

Os bancos estrangeiros continuam contando com a possibilidade de aumentar sua participação no mercado brasileiro, e possivelmente jogarão com esse interesses em suas negociações para a fase 3 da renegociação.

"Tão logo seja possível", o Banco de Crédito e Comércio International (BCCI), de Luxemburgo, pretende ingressar no mercado brasileiro, afirmou seu diretor para a América Latina, S. M. Shafi, que acredita numa suspensão das atuais restrições. Um dos maiores bancos norte-americanos, o Manufacturers Hanover, cujo presidente, John McGillicuddy, esteve recentemente no Brasil, também pretende quebrar essas barreiras e ter acesso ao mercado brasileiro. Nos últimos três anos, bancos estrangeiros puderam entrar em decorrência de acordos de reciprocidade, que não existem em relação aos Estados Unidos porque naquele país não há restrições ao ingresso de estrangeiros.